

POLÍTICAS E AÇÕES EDUCACIONAIS BRASILEIRAS DE COMBATE À POBREZA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

SOUSA, Isabela Luiz de
Universidade Regional do Cariri - URCA
isabela.sousa@urca.br

OLIVEIRA, Marla Vieira Moreira de
Universidade Regional do Cariri - URCA
marla.vieira@urca.br

ABREU, Márcia Kelma de Alencar
Universidade Estadual do Ceará
marcia.abreu@uece.br

Financiamento: FUNCAP

RESUMO

As políticas e ações educacionais de combate à pobreza foram intensificadas durante e após o contexto da pandemia da COVID-19, dadas as sequelas no âmbito da educação pública. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva refletir sobre as políticas públicas e ações governamentais da educação básica voltadas ao combate à pobreza durante a pandemia da covid 19. Este estudo é uma revisão sistemática de natureza bibliográfica, foram incluídos 5 artigos. Conclui-se que as políticas e ações públicas investigadas foram erigidas em diversas dimensões e aspectos (apoio psicossocial, suporte tecnológico, programas de tutoria, apoio pedagógico) e os projetos que foram implementados experienciaram resultados satisfatórios.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Educação Básica. Pobreza.

1 Introdução

Em 2020, o mundo foi acometido pela pandemia da COVID 19, o que levou ao isolamento social como medida para combater o avanço do vírus. Desta forma, o Ensino Remoto Emergencial foi adotado como estratégia de manter as escolas em funcionamento. Saviani e Galvão (2021) afirmam que a opção por este tipo de ensino se justifica apenas como uma solução emergencial. No entanto, os autores destacam ainda que há quedas consideráveis na qualidade de ensino, baixos níveis de aprendizagem.

Sabemos que as desigualdades sociais foram acirradas neste contexto, o que aumentou os prejuízos educacionais principalmente para os mais pobres. Segundo ABRINQ (2021), faz-se necessário analisar os dados mais recentes sobre o cenário brasileiro das crianças e adolescentes para compreender o impacto da pandemia no aumento das desigualdades sociais e educacionais, de forma a balizar as ações

governamentais no combate ao acirramento e sequelas da pobreza em sua vertente educacional.

Ao analisar o contexto da pandemia e seus prejuízos, cabe relatar os números que antecedem a este período. Em 2019, aproximadamente 60,3 milhões de brasileiros declararam viver com renda domiciliar mensal per capita de até meio salário-mínimo e 26,3 milhões dessas pessoas informaram viver com metade dessa renda (R\$249,50). Neste mesmo ano, 13,5 % das crianças de 0 a 5 anos estavam em situação de desnutrição. O Ensino Fundamental contava com 1,2 de taxa de abandono escolar e 16,2 % de índice de distorção série/idade. Já o Ensino Médio marcava 4,8% de abandono escolar e 26,2 % de distorção. (IBGE, 2019).

Esses dados refletem a condição de pobreza que já existia antes da Pandemia do Covid – 19, a crise econômica decorrente assolou ainda mais as condições de vida da população pobre brasileira, causando prejuízos econômicos e educacionais de proporções gigantescas. Ao analisar o contexto da pandemia, os dados da Pnad Covid (IBGE, 2021) revelam que durante o período de julho a novembro de 2021, mesmo estando estudando, 18,7 % das crianças e adolescentes cadastrados no Programa Bolsa Família de 6 a 14 anos não receberam nenhuma atividade da escola. Na faixa etária de 15 a 17 anos, este número sobe para 24,7%.

Os dados da Pnad Contínua (IBGE, 2019) revelam que entre as crianças e adolescentes de até 17 anos de idade, cujas famílias possuem renda mensal per capita de até meio salário-mínimo, mais de um quarto destas (27,3%) não acessava a internet através de qualquer equipamento. Ademais, entre as que residiam em domicílios com alguma forma de acesso à internet, e nesta mesma faixa de renda, o aparelho celular era a única forma de acesso, o que evidencia as condições desiguais para a concretização da aprendizagem no ensino remoto emergencial, aumentando o fosso das desigualdades educacionais, especialmente entre os mais pobres.

Desta forma, este estudo busca investigar o que as políticas públicas e ações governamentais têm feito no combate às desigualdades educacionais entre os mais pobres, considerando que estes foram os mais sequelados com a impossibilidade de acesso ou acesso precário ao ensino remoto emergencial, o que evidencia a necessidade de planejamentos e intervenções que se comprometam com a minimização das disparidades na aprendizagem e desenvolvimento das crianças e adolescentes brasileiros, com foco na educação básica e na escola pública.

Para tanto, faremos uma revisão sistemática dos estudos publicados a partir de 2020 sobre políticas públicas e ações governamentais direcionadas ao combate destas sequelas no âmbito educativo da educação pública, com foco no ensino básico, para contemplar crianças e adolescentes.

2 Objetivos

2.1 Objetivo geral

Refletir sobre as políticas públicas e ações governamentais da educação básica voltadas ao combate à pobreza durante a pandemia da covid 19.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar a nível nacional as políticas públicas e ações governamentais da educação básica voltadas ao combate à pobreza durante a pandemia da covid 19 por meio de estudos publicados.
- Refletir sobre os principais impactos educacionais causados pelo ensino remoto emergencial na população brasileira que vive em contexto de pobreza.
- Analisar as possibilidades e limites destas políticas na minimização do impacto causado pela pandemia nas desigualdades sociais e educacionais.

3. Material e Métodos

Para Costa e Zoltovsky (2014) a revisão sistemática consiste em um processo de reunir, avaliar crítica e sinteticamente o resultado de vários estudos. Essa abordagem metodológica possibilita a maximização dos potenciais de uma busca, constituindo-se ainda como um trabalho crítico, reflexivo e compreensivo do material investigado. A organização sistemática da revisão possibilita a diminuição do viés da perspectiva do pesquisador, conferindo uma perspectiva mais objetiva da investigação.

A investigação foi realizada através da utilização da base de dados: Scielo (Scientific Electronic Library Online). Utilizou-se os seguintes descritores e operadores: PANDEMIA and EDUCAÇÃO and POLÍTICAS PÚBLICAS or POLÍTICAS EDUCACIONAIS. Os critérios de inclusão versaram sobre os seguintes condicionantes: os artigos acadêmicos devem trazer caracterização de ações governamentais ou políticas públicas; estar voltados à Educação Básica; ser referentes ao contexto brasileiro. Já os critérios de exclusão foram: artigos acadêmicos que não mencionem caracterização de ações ou políticas públicas; que não estejam voltados à Educação Básica; que sejam referentes ao contexto estrangeiro.

Para tanto, foram lidos os títulos e resumos dos artigos e trabalhos resultantes da busca. O corpus de pesquisa foi construído através da busca e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Os trabalhos incluídos foram lidos e categorizados, quanto ao ano, local, objetivos, ações e resultados esperados/alcançados. A pesquisadora e a bolsista fizeram a tabulação e análise das categorias dos trabalhos incluídos, os quantitativos serão analisados por meio de estatística descritiva simples (MARÔCO, 2015), e as categorias qualitativas por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 2010). Posteriormente, foi feita uma análise crítica dos impactos dessas ações e políticas.

4. Resultados e Discussão

4.1 Caracterização dos estudos artigos

Iniciamos os resultados com as características dos 5 estudos incluídos, título, ano e área de publicação, autoria e metodologia de pesquisa, apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização dos artigos

Número do artigo	Título do artigo	Autores	Ano	Tipo de pesquisa	Área de publicação
1	A pandemia na vida cotidiana: reflexões sobre os impactos sociais e psicológicos à luz da perspectiva crítica	Guzzo, Souza e Ferreira	2022	Pesquisa bibliográfica	Psicologia escolar
2	Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública	Macedo	2021	Pesquisa de campo	Educação
3	A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências	Oliveira, Gomes e Barcellos	2020	Pesquisa bibliográfica	Tecnologia e educação
4	Microtransformaciones y macropolíticas educacionales: construyendo un camino para la Educación de las mayorías postergadas por la pandemia	Donoso-Díaz	2022	Pesquisa de campo	Educação
5	Learning loss and learning inequality during the Covid-19 pandemic	Bartholo, Koslinski e Tymms	2022	Pesquisa de campo	Educação

Fonte: dados de pesquisa

Os artigos apresentados foram, em sua maioria, da área da educação, apenas um da psicologia escolar e outro da tecnologia. As publicações foram todas de 2020 a 2022, período de contexto pandêmico. A maior parte das pesquisas foi de campo, duas foram bibliográficas.

4.2. Políticas educacionais e contexto pandêmico

Nesta seção, traremos os principais achados de cada artigo incluído em relação ao objeto desta investigação. No artigo 1 (Tabela 1), “Guzzo, Souza e Ferreira (2022) apresentam uma reflexão sobre o impacto da pandemia de Coronavírus 2019 na vida cotidiana de pessoas de diferentes classes sociais, culturas e instituições no Brasil, destacando o aumento das desigualdades sociais agravadas pelo contexto da pandemia. O cenário da pandemia demonstra a dimensão da tragédia brasileira em relação à exclusão

escolar e as imensas dificuldades que os excluídos das condições de aprendizagem encontram para recuperar condições mais favoráveis. A exclusão escolar tem origem nas desigualdades sociais que se reproduzem nas escolas; as limitações colaboram para que as crianças e adolescentes deixem de estudar, reduzindo a aprendizagem educacional com vários impactos na educação. Por fim, por meio de ações e políticas estaduais, a Psicologia Escolar vem desenvolvendo um trabalho a partir de um espaço de diálogo com os estudantes na busca de solucionar impasses enfrentados pelos sujeitos inseridos neste contexto excludente.

Dando continuidade, no artigo 2 (Tabela 1), Macedo (2021) traz como objetivos identificar as desigualdades digitais, privilégios sociais e direito à educação, assim como analisar o caso da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) para debater a transferência do ensino presencial para o remoto em meio à pandemia. O estudo apresenta que, diante da ausência de políticas educacionais focadas em garantir a conectividade e o direito à educação no ano de 2020, o governo de São Paulo, criou alternativas de inclusão digital na pandemia da COVID-19, por meio de um projeto “EA CONECTADA” que seria um aplicativo em que os alunos que estariam sendo prejudicados pudessem estudar e assistir às aulas remotas, a fim de conseguir resolver as dificuldades naquele contexto.

No artigo 3 (Tabela 1), Oliveira, Gomes e Barcellos (2020) trazem como objetivos investigar o impacto do fechamento das escolas sobre o desempenho dos alunos no curto prazo, bem como suas trajetórias a longo prazo, e refletir sobre as potenciais intervenções de curto prazo que poderiam mitigar suas consequências. O estudo faz um destaque do impacto, relacionando a desigualdade social e a aprendizagem, que a pandemia trouxe, assim como as limitações no ensino remoto. Sendo assim, a esfera municipal do Rio de Janeiro proporcionou ações e políticas que pudessem minimizar os impactos com programas de tutoria realizados no contraturno, em pequenos grupos homogêneos, o que tem se mostrado mais eficaz justamente para alunos com maiores dificuldades, obtendo assim resultados positivos.

Já no artigo 4 (Tabela 1), Donoso-Díaz (2022) destaca como objetivo conceber e implementar soluções reais para lidar com as populações vulneráveis e menos vulneráveis é um imperativo da justiça social. Assim, apresenta que no país Brasil teve reformulação nas políticas públicas com base nos resultados iniciais na Avaliação da Educação Básica (Saeb), que possibilitou políticas para minimizar os impactos da COVID-19, algumas crianças passaram por auxílio com professores para reduzir os impactos na aprendizagem desses alunos, o que teve um resultado eficaz no Saeb, quando foi refeito o teste.

Quanto ao artigo 5, Bartholo, Koslinski e Tymms (2022) apresentaram ações e políticas eficazes que foram de suma importância na superação das áreas afetadas em decorrência da pandemia. Assim, destaca o projeto “PIPS” estadual do Rio de Janeiro, que apresenta os impactos da COVID-19 em que algumas escolas deixaram de oferecer a pré-escola ou fecharam devido a escassez de alunos, assim sendo, o projeto vai validar a importância dos primeiros anos de alfabetização no percurso acadêmico das crianças.

4 Considerações Finais

Desta forma, conclui se que as políticas e ações educacionais são importantes fontes de apoio para dirimir, minimizar os impactos sociais gerados pela pandemia, em

especial, para as crianças e adolescentes que vivem em contexto de pobreza, os mais excluídos do sistema educacional, mesmo antes da pandemia, e que tiveram sua situação agravada.

Portanto, as políticas e ações públicas aqui investigadas foram erigidas em diversas dimensões e aspectos (apoio psicossocial, suporte tecnológico, programas de tutoria, apoio pedagógico), durante o enfrentamento da COVID-19, em prol de reduzir as desigualdades sociais e educacionais. Segundo os relatos, os projetos que foram implementados experienciaram resultados satisfatórios.

5 Referências

ABRINQ. **Cenário da infância e adolescência no Brasil**. RWC Gráfica. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARTHOLO, Tiago Lisboa; KOSLÍNSKI, Mariane Campelo; TYMMS, Daniel Peter. Learning loss and learning inequality during the Covid-19 pandemic. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro. 2022.

COSTA, A. B. C.; ZOLTOWSKI, A. P. C. **Como escrever um artigo de revisão sistemática**. In: KOLLER, S.H.; PAULA COUTO M. C. P.; HOHENDORFF J. (Eds.), Manual de produção científica. Porto Alegre, RS: Grupo A, 2014.

DONOSO-DÍAZ, Sebastián. Microtransformaciones y macropolíticas educacionales: construyendo un camino para la Educación de las mayorías postergadas por la pandemia. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.30, n.115, p. 275-284, abr./jun. 2022.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de; FERREIRA, Áurea Lúcia Magalhães Cardoso de Medeiros. **A pandemia na vida cotidiana: reflexões sobre os impactos sociais e psicológicos à luz da perspectiva crítica**. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2019.

IBGE. PNAD- COVID. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - COVID**. 2021.

MACEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 34, nº 73, p.262-280, Maio - Agosto 2021.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS Statistics** (5a ed.). Pero Pinheiro: Report Number, 2015.

OLIVEIRA, João Batista Araujo; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. **A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 555-578, jul./set. 2020.

SAVIANI, Demerval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na Pandemia: A Falácia do “Ensino” Remoto. (pp.36-49). In: ANDES-SN. Universidade e sociedade. **Pandemia da covid-19: trabalho e saúde docente**. São Paulo: Gráfica Coronário, 2021.